

ATERROS E DESTERROS NA ARQUEOLOGIA DA CIDADE: A DINÂMICA MATERIAL DE SÃO PAULO ENTRE OS SÉCULOS XIX E XX.¹

Alessandro Luís Lopes DE LIMA²

RESUMO: Buscamos nesse artigo discutir a dinâmica da desconstrução e refundação material da cidade de São Paulo e analisar suas consequências sobre o espaço paulistano, refletindo como isso afetou as populações habitantes dos antigos territórios negros do século XIX. Para tal tarefa, iremos resgatar a história socioeconômica e da legalidade do ordenamento urbano da cidade, através da análise de textos e estudos historiográficos e de urbanismo. Relacionamos esses dados com as informações sobre os aterros dos cinco sítios arqueológicos mais próximos do núcleo histórico de São Paulo, datados entre os séculos XIX e XX, para compreendermos a dinâmica material da *arqueologia da cidade*, nos termos definidos pelo arqueólogo Edward Staski (1982). Levantamos essas informações através dos relatórios de pesquisas dos sítios Solar da Marquesa de Santos, Beco do Pinto, Casa n.º1, Praça das Artes e Praça da República, localizados no triângulo histórico de São Paulo e em suas adjacências.

PALAVRAS-CHAVE: arqueologia urbana; cidade-sítio; aterros; territórios

¹ Artigo adaptado do texto do segundo capítulo da dissertação *Uma Arqueologia dos Territórios Negros: contas e miçangas no Triângulo Histórico de São Paulo (séculos XIX-XX)*, defendida no ano de 2019 para a obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP. Pesquisa realizada através do financiamento público da CAPES.

² Universidade Federal do Rio de Janeiro – Museu Nacional - Rio de Janeiro - RJ – Brasil. Doutorando em Arqueologia. Universidade de São Paulo – São Paulo – SP – Brasil. Mestre em Arqueologia. Faculdade de Ciências e Letras – Araraquara – SP – Brasil. Cientista Social. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8022-7234>. alesslima@ufrj.br

LANDFILLS AND BANISHMENTS IN THE ARCHEOLOGY OF THE CITY: THE MATERIAL DYNAMICS OF SÃO PAULO BETWEEN THE 19TH AND 20TH CENTURIES.

ABSTRACT: *We seek in this article to discuss the dynamics of the material deconstruction and refoundation of the city of São Paulo and to analyze its consequences on the São Paulo space, reflecting how this affected the populations inhabiting the former black territories of the 19th century. For this task, we will rescue the socioeconomic history and the legality of the urban planning of the city, through the analysis of texts and historiographical and urbanism studies. We related these data with information about the landfills of the five archaeological sites closest to the historic core of São Paulo, dating between the 19th and 20th centuries, in order to understand the material dynamics of the city's archeology, in the terms defined by the archaeologist Edward Staski (1982). We gathered this information through research reports from the sites Solar da Marquesa de Santos, Beco do Pinto, Casa n.º1, Praça das Artes and Praça da República, located in and around the historical triangle of São Paulo.*

KEYWORDS: *urban archeology; city-site; landfills; territories*

A perene mudança material

Segundo Pedro Paulo Funari (2008), a arqueologia das cidades na América portuguesa não se desenvolveu de forma mais célere devido à concepção ideológica brasileira de progresso e modernidade, evidenciada na destruição material de nosso meio urbano. O pensamento nacional posto na bandeira republicana tem se colocado de maneira geral contra tudo o que é antigo, atribuindo quase nenhum valor às coisas do passado. O país da “ordem e progresso”, em uma busca utópica pela modernidade, considera tudo que é “novo”, melhor do que é compreendido como “velho”. Será dessa forma que a destruição do patrimônio arqueológico e arquitetônico se tornará uma realidade comum em nossa sociedade. Brasília seria o mais perfeito exemplo da utopia brasileira de progresso, uma capital praticamente quase sem passado (FUNARI, 2008). Para Rafael de Abreu Souza, o patrimônio arqueológico corre mais perigo nas cidades, já que além da efervescência das transformações, temos uma legislação falha e poucos arqueólogos interessados em integrar essa empreitada para além da arqueologia por contrato (empresarial). Toda essa destruição patrimonial poderia ser diminuída com a arqueologia assumindo um papel público mais ativo, tecendo propostas para transformar a realidade através da participação política local, fomentando planejamentos sustentáveis e planos de manejo (SOUZA, 2014).

São Paulo, como uma metrópole que cresceu muito rápido e de forma desordenada no século XX, consolidou-se como um grande exemplo de desprezo pela memória material. Em sua evolução urbana, tudo o que era remanescente e antigo sofreu constantes degradações físicas e simbólicas para que novos edifícios fizessem surgir uma cidade moderna. Seus maiores marcos históricos são a Catedral da Sé e o Ibirapuera, este último um parque modernista dos anos 1950. Os palácios de governo municipal e estadual são prédios recentes, assim como o da Assembleia Legislativa. A Avenida Paulista, símbolo da cidade, sofreu drásticas alterações urbanística até os anos 1970. Sua aparência bucólica do início do século XX, com grandes casarões e um magnífico mirante da paisagem (o antigo Belvedere-Trianon), foi destruída para dar lugar à sede de multinacionais, bancos e do MASP (Museu de Arte de São Paulo). Na virada do século XIX para o XX a cidade sofreu profundas mudanças urbanísticas que tentavam domar a natureza, alterando os cursos dos rios e, posteriormente, construindo-se diversas pontes, viadutos e túneis. Dentro dessa realidade, o interesse histórico acabou por se tornar restrito aos prédios que contavam a história das elites. Por esse motivo, a arqueologia histórica brasileira teria se desenvolvido tão tardiamente, limitando-se muitas vezes a recolher ocorrências arqueológicas, artefatos isolados de seus contextos originais, encontrados ocasionalmente por máquinas em obras urbanas (FUNARI, 2008).

Para a arqueologia é válida a reflexão de que os processos de formação do registro paulistano foram bastante intensos, por isso em nosso entendimento, não faz sentido o uso de noções como “materiais descontextualizados” no âmbito da arqueologia urbana (SOUZA, 2014). Todos os artefatos urbanos fazem parte de um contexto maior que é a própria cidade, compreendida enquanto um grande sítio arqueológico (CRESSEY, 1978). Ao utilizarmos a noção de que existem “materiais descontextualizados”, podemos estar desconsiderando os processos de formações culturais e naturais desse imenso registro arqueológico que é a cidade.

Desse modo, a estratigrafia³ dos sítios urbanos é particularmente caracterizada pelos aterros tecnogênicos, camadas de entulho que cobrem o solo, oriundas do descarte material da própria cidade. O crescimento desordenado da metrópole no século XX foi a causa de alterações na topografia original da cidade, cobrindo com uma grossa camada de aterro e concreto a materialidade urbana do passado paulistano (JULIANI, 1996). A realidade do meio urbano é

³ O conceito de estratigrafia diz respeito aos depósitos sedimentares que conformam as sucessivas camadas do solo, onde a sua interpretação arqueológica permite o levantamento da cronologia de um sítio através do método de *datação relativa*. Este método é baseado na lei da estratigrafia, ou lei da superposição de camadas formulada por Nicolaus Steno (1638-1686): em princípio os artefatos que se encontram nas camadas mais profundas, são mais antigos do que os que são identificados nos estratos sedimentares mais próximos da superfície.

a das transformações, da destruição, da remoção e da “limpeza” do que é antigo (SOUZA, 2010). Portanto os aterros, com suas sucessivas camadas de entulho e outros materiais que compõem o solo da cidade, possuem importância para o entendimento arqueológico do urbano. Assumimos esse posicionamento apenas quando reconhecemos na cidade um grande contexto arqueológico em constante transformação e renovação, ou quando assumimos a perspectiva de uma *arqueologia da cidade*, e não apenas uma *arqueologia na cidade*, na qual esta perspectiva maior, voltada para o entendimento arqueológico de todo o ambiente urbano, não está presente (STASKI, 1982). Logo as constantes destruições de São Paulo que geraram aterros tão densos e complexos estão relacionadas com aspectos ideológicos, tais como a concepção de progresso e modernidade assumida por nossa sociedade (FUNARI, 2008; SOUZA, 2014).

Devemos pensar, portanto, a dinâmica material e nos processos de formação arqueológica da metrópole, suas destruições e reconstruções, descarte e reuso de materiais, mas para além das motivações ideológicas e simbólicas destacamos as motivações materiais e econômicas que determinaram o ritmo dessas destruições, assim como suas consequências para a espacialidade paulistana.

Nas últimas décadas do século XIX, a crise econômica gerada no período da Guerra do Paraguai teria estimulado as elites paulistanas a tirar dinheiro dos bancos e investir na aquisição de terrenos e na construção de prédios (PRADO, 1960). Esse fato levou à destruição das antigas edificações de taipa, para a construção de chalés de influências arquitetônicas europeias (os castelinhos), na passagem do século XIX para o XX. A antiga arquitetura colonial e popular de influência portuguesa, indígena e africana, foi sendo continuamente substituída por chalés, solares e sobrados de inspiração italiana, suíça, alemã, inglesa, entre outras de origens europeias. Uma cidade onde boa parte dos empreiteiros, construtores, pedreiros e mestres de obras eram imigrantes italianos, inevitavelmente iria adquirir um aspecto mediterrânico, que conforme as palavras do viajante Ferruccio Mácola na obra “L’Europa ala Conquista dell’América Latina” de 1894, São Paulo aparentava possuir a arquitetura comum às cidades italianas de província (BRUNO, 1954b). Portanto, a passagem do século foi marcada por grandes destruições e demolições urbanas e, ao mesmo tempo, por novas construções dentro da cidade e em seu entorno (BRUNO, 1954b; TOLEDO, 1983).

O poder público paulistano teve um papel ativo nesse processo de desconstrução material da cidade, e influenciado pelos ideais dos cafeicultores, foi objetivada a europeização da metrópole do café. Essas transformações dos finais do século XIX tiveram início sob o governo de João Teodoro, segundo o urbanista Benedito Lima de Toledo, na sua obra *São Paulo: três cidades em um*

século (1983). João Teodoro foi pioneiro em querer higienizar e revitalizar as áreas de várzea em 1875, acabando com os terrenos miasmáticos e poluídos, como era a região do Tamanduateí próximo à Várzea do Carmo e do antigo Mercado da 25 de Março (TOLEDO, 1983). Nesse período, nos afirma o historiador Ernani Bruno (1954b), nem mesmos as edificações religiosas foram poupadas da destruição, com destaque às profundas modificações e demolições do Convento São Francisco e da primeira Igreja da Irmandade do Rosário dos Homens Pretos.

Os antigos casarões coloniais do século XVIII, que nos finais do XIX estavam abandonados e serviam como moradias populares, se tornaram um dos principais alvos do interesse do poder público (BRUNO, 1954b). A economia do café que estimulava a imigração para São Paulo e o aburguesamento da cidade, foi o grande combustível dessa dinâmica de destruição e reconstrução material; os novos bairros que surgiam para além do triângulo histórico na passagem do século XIX para o XX, passaram a ter uma aparência italiana, como vimos ocorrer na Santa Efigênia, na Vila Buarque e na Santa Cecília, na Bela Vista (Bixiga), entre outras localidades paulistanas; a cidade que contava com cerca de três mil prédios em 1875, uma década depois (1886) já apresentava cerca de sete mil edificações segundo Ernani Bruno (1954b). Com a abolição não apenas a população negra, mas também muitos fazendeiros endinheirados buscavam a cidade como novo lugar de moradia, fator este que contribuiu com o processo de demolição e reconstrução urbana. Essa realidade levou São Paulo a adquirir uma paisagem heterogênea, mosaica e não harmoniosa, com as edificações apresentando diversas identidades étnicas em suas arquiteturas, fazendo com que nos finais do século XIX, quase já não existiam mais as edificações de taipa do período colonial (BRUNO, 1954b).

Para arquiteta e urbanista Raquel Rolnik, os altos e baixos da economia cafeeira eram a grande motivação para o investimento em imóveis urbanos no início do século XX. A hipoteca no ano de 1900 passou a ser aceita por parte dos bancos para a realização de empréstimos aos cafeicultores. Os imóveis urbanos acabavam servindo como estratégia de diversificação dos investimentos, já que em 1902 os baixos preços do café no mercado internacional estimulavam o investimento em imóveis (ROLNIK, 1989). O setor imobiliário era considerado um dos investimentos mais seguros no país, fazendo dos terrenos urbanos uma reserva de valor historicamente estratégica. Por este motivo, qualquer legislação urbanística que interferisse no potencial de valorização dos terrenos urbanos incomodava as elites, já que estes eram considerados reservas de investimentos em épocas de crise (ROLNIK, 2003).

Um dos primeiros registros escritos de demolições da cidade antiga é de 1913, quando foi demolido um edifício datado de 1814 e que contrastava com outras edificações por sua evidente antiguidade; este possuía três andares e estava localizado na esquina da Rua São Bento com a Ladeira do Acu. Ele era um representante remoto da antiga arquitetura da economia do café, dos primórdios do século XIX (BRUNO, 1954a). Nessa mesma época foram derrubadas outras edificações antigas, como o Convento Jesuítico do Pátio do Colégio que aconteceu em 1908, para dar lugar ao palácio do governo, levando à destruição boa parte da antiga construção que restava da época da fundação da cidade. Fatores naturais também favoreceram a demolição no Pátio do Colégio, como uma tempestade ocorrida em 13 de março de 1896 que derrubou a parede de taipa e o telhado, levando em seguida à sua ruína. Conforme os escritos de Ernani Bruno (1954b), a justificativa para a remoção da antiga cidade era o “aprimoramento”, baseado na expectativa do aumento do conforto para os habitantes enriquecidos pelo café.

Benedito Lima de Toledo (1983) considera que a cidade de São Paulo pode ser entendida como um palimpsesto, um grande pergaminho onde a escrita é de tempos em tempos removida, para receber normalmente, uma nova versão com qualidade literária inferior. São Paulo é uma cidade que foi destruída e reconstruída duas vezes em menos de um século. Ela foi capaz de gerar belos parques, como o antigo Parque do Anhangabaú e belas avenidas, como a bucólica Avenida Paulista do início dos anos 1900, para destruí-los em tão pouco tempo, motivada apenas por imediatismos. Na economia do café e com a chegada da ferrovia, começou o loteamento das antigas chácaras do entorno da cidade, levando São Paulo à sua “segunda fundação”, conforme a expressão utilizada pelo arquiteto Eurípedes Simões de Paula e muito bem empregada pelo professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, o urbanista Benedito Lima de Toledo (TOLEDO, 1983).

A metrópole do café que surge nos finais do século XIX e início do XX sobre a antiga cidade colonial de taipa durou até os anos 1940, quando foi novamente destruída. O desmonte da “segunda cidade” se deu agora devido à necessidade de uma melhor infraestrutura urbana, onde ainda eram deficientes os serviços de telefonia, correio e transporte, o que acabava desestimulando o surgimento de novos centros alternativos para a expansão do centro comercial. Os edifícios da época do café foram aos poucos sendo demolidos e substituídos por novas edificações que aproveitavam melhor o solo. Sem grandes alardes, a cidade fez desaparecer os aspectos materiais de sua evolução urbana em um processo perene, que ainda permanece em curso. Segundo Toledo, em São Paulo

construía-se “em cima” e não “ao lado”, comportamento este que fez nascer na segunda metade do século XX, a terceira versão da cidade de São Paulo (TOLEDO, 1983). No urbanismo é considerado muito raro este fenômeno em que uma cidade é destruída e reconstruída duas vezes sobre um mesmo assentamento, em menos de um século (TOLEDO, 1983).

Como afirma Raquel Rolnik (2003), a história do centro de São Paulo na virada do século XIX para o XX, foi uma história de demolições e de segregação espacial, em destaque para os territórios da população negra constantemente removida por um poder público dominado por determinados interesses econômicos de classe. A Legislação Municipal nos finais do século XIX favorecia essas remodelações urbanas, redesenhando as ruas centrais e procurando expulsar as classes populares e suas habitações do centro, proibindo os cortiços através de uma burocracia bastante exigente. Na gestão de Antônio Prado (1899-1911), a região central foi alvo de intervenções e empreendimentos dos Planos de Melhoramentos da Capital. Para além de melhorias urbanísticas, a legislação buscava perseguir e expulsar as classes populares de seus espaços, sendo assim, não passava de um código de leis excludente e que promovia a segregação socioespacial (ROLNIK, 2003).

Foi nesse período de “reconquista” do centro que o antigo mercado municipal foi derrubado e toda vida social e materialidade arquitetônica da antiga Igreja da Irmandade da Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos foi removida (ver fig. 1), para a construção da Praça Antônio Prado. Segundo o depoimento de Raul Joviano do Amaral, tomado por Rolnik⁴, foi em 1872 que a Câmara Municipal decidiu desapropriar os pequenos prédios e o terreno que servia de cemitério, localizados ao lado da igreja do Rosário, com o intuito de alargamento da Rua São Bento e da Rua do Rosário. Em 1903 esta igreja foi desapropriada para o aumento da praça, sendo construída em seu lugar a sede do *First National City Bank* (ROLNIK, 2003). Para além do crescimento demográfico como grande motivador das transformações dos finais do século XIX, a redefinição territorial paulistana e o surgimento da segregação espacial urbana foi o elemento estruturador dos valores da especulação imobiliária e do modelo de disputa pelos espaços (ROLNIK, 2003).

⁴ Raul Joviano do Amaral foi um destacado intelectual, jornalista e militante negro falecido em 1988. Atuante desde 1927, Joviano fundou a FNB (Frente Negra Brasileira) e os jornais *A Voz da Raça* (1933) e *Alvorada* (1945). Raquel Rolnik o entrevistou em maio de 1982, na cidade de São Paulo.

Figura 1 – Igreja da Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, no Largo do Rosário (atual Praça Antônio Prado), em 1904; foi demolida neste mesmo ano



Fonte: Acervo do DIM-DPH/PMSP.

Toda a preocupação higienista com a saúde pública do centro-velho era baseada na então teoria dos miasmas, que acreditava que os micróbios surgiam espontaneamente em materiais orgânicos em decomposição. Junte-se a isso a concepção de que as doenças contagiosas ocorriam através da contaminação pelo ar, em locais de aglomeração. Pasteur em 1870 já havia derrubado a teoria dos miasmas, demonstrando que o contágio se dava pelo contato indireto entre as pessoas, através de objetos contaminados com secreções. Assim sendo, a forma de combate utilizada na época pelo poder público paulistano já era considerada ineficaz e anacrônica para a erradicação de doenças contagiosas. A prefeitura baseada em uma teoria sanitária ultrapassada continuou seu “combate” aos locais de habitação das classes populares, demonstrando que seu objetivo era mesmo removê-los. Sua motivação não se relacionava às questões de saúde pública, mas aos interesses econômicos de alguns grupos favorecidos. Essa intervenção tinha como objetivo principal o fim dos cortiços, locais de moradia da população negra paulistana (ROLNIK, 2003).

Desse modo, através dos preços, o território social era delimitado, a legislação favorecia a segregação ao exigir padrões únicos de ocupação para determinadas áreas. Assim foi criado um muro invisível em São Paulo, gerando uma mercadoria apenas para poucos no mercado imobiliário. Junto com as fábricas químicas, matadouros, asilos e hospícios, as classes sociais menos favorecidas e seus cortiços eram forçados a se estabelecer fora dos limites da cidade, permanecendo na ilegalidade e em constante tensão. Na legislação de 1886, estava delimitado quem viveria dentro da cidade e quem ficaria ao lado de fora (ROLNIK, 2003).

Para aqueles que desejavam fazer de São Paulo uma cidade com ares europeus, desmontar e apagar os territórios negros era imprescindível. Eles eram portadores de sociabilidades urbanas (FRÚGOLI JR., 2007) que precisavam ser combatidas e desmanteladas através de remoções e despejos. As elites econômicas tomavam o espaço público para si, modificavam sua realidade material e os transformavam em fontes de lucro (ROLNIK, 2003). Em 1877 começou o processo de remoção simbólica e física dos territórios negros, gerando distúrbios nas ruas devido à tentativa de expulsão das quitandeiras do Largo do Palácio. Em 1893, ocorrem conflitos com a força pública nas ruas da cidade devido à remoção do chafariz instalado desde 1874 no antigo Largo da Igreja do Rosário (ROLNIK, 2003).

A cidade enquanto bem cultural possui sua dimensão material, tal como um artefato, e dessa forma ela é produzida e fabricada, constituindo parte da natureza física apropriada socialmente. Este artefato que é a cidade realiza-se apenas no interior das relações de força estabelecidas entre as pessoas, onde se encontram conflitos sociais, econômicos, territoriais, culturais e políticos, como os que relatados no último parágrafo. A cidade seria um vetor desse campo de forças e reflete a realidade de sua própria estrutura social (MENESES, 2006). Também podemos utilizar aqui a noção de *ciclo-de-vida* dos artefatos para explicar a mudança na materialidade do sítio urbano de São Paulo. Residências, prédios e outras construções após sua vida útil, são demolidos e seus restos reaproveitados para formação de novos aterros urbanos (SCHIFFER 1972; RATHJE, 2001).

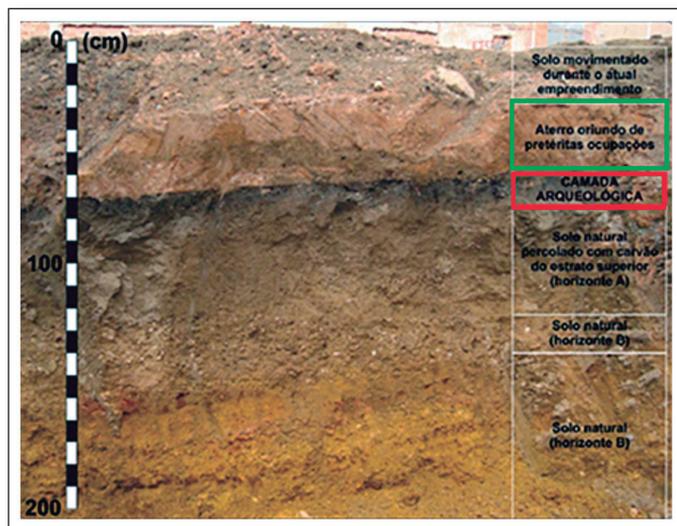
A importância dos aterros

Para realização de nosso estudo foram selecionados os relatórios dos cinco sítios arqueológicos mais próximos e relacionados à região do triângulo histórico da cidade, até o ano de 2019. Essa área de São Paulo localizada em uma elevação

geomorfológica influenciada pelos rios Tamanduateí e Anhangabaú, possui um período de ocupação urbana que começou no século XVI, contando dessa forma com a ocorrência de diversas construções e demolições em sua história. A observação dos estratos sedimentares do solo da região do triângulo histórico, através dos registros de sítios arqueológicos, nos fornece dados úteis sobre a dinâmica dos aterros urbanos.

Os estratos de aterros verificados em cinco sítios arqueológicos da região central de São Paulo são: Praça das Artes (SCIENTIA CONSULTORIA CIENTÍFICA, 2012), Praça da República (DOCUMENTO ARQUEOLOGIA & ANTROPOLOGIA, 2012), Solar da Marquesa de Santos (ANDREATTA *et al.*, 1986; 1991; 1986-1991), Beco do Pinto (DPH-SMC, 1994) e Casa N.º.1 (NISHIDA, CARVALHO, 2010a, 2010b), localizados acima das camadas arqueológicas ou às vezes misturados a elas, devem ser encarados como portadores de valor arqueológico, já que são possuidores de historicidade. No sítio Praça das Artes é possível observar uma camada de aterro na faixa destacada em verde, localizada logo acima dos sedimentos da camada arqueológica, destacada na faixa de coloração vermelha (ver figura 2). Na perspectiva da Arqueologia da Cidade (STASKI, 1982), esses dois estratos deveriam ser entendidos como correlacionados, já que compõem um contexto arqueológico maior que é a própria cidade.

Figura 2 – Estratigrafia do solo urbano no contexto da Praça das Artes



Fonte: Scientia Consultoria Científica, 2012.

Alguns desses aterros foram formados a partir de um determinado período histórico e econômico relativo ao desmonte da antiga cidade de taipa e do surgimento da metrópole do café nos finais do século XIX e início do XX. Nos aterros dos sítios relatados acima, há uma constância de restos construtivos como fragmentos de tijolos e telhas, que são fontes de informações importantes e que podem ser exploradas por métodos estatísticos, como a análise de *clusters*⁵. Infelizmente faltam estudos arqueométricos⁶ específicos voltados à compreensão das origens de materiais e sedimentos localizados nos aterros paulistanos, esses levantamentos poderiam ser investigados por meio de técnicas não-destrutivas, como a espectroscopia molecular e atômica, as técnicas de raio-x, os exames de microscopia, entre tantas outras utilizadas pela arqueometria. Os sedimentos dessas camadas de aterros devem ser investigados com técnicas da arqueometria e de análise geológica de rochas, como a petrografia, para que tenhamos informações relevantes sobre suas origens e formações.

Nos aterros do sítio arqueológico Praça das Artes, escavado pela empresa Scientia Consultoria Científica (2012), a diversidade de fabricantes de tijolos identificados no relatório a partir dos fragmentos, levanta a hipótese de origens em edificações diferentes. Estes fragmentos podem ser oriundos de diversos pontos geográficos da antiga cidade. O aterro do sítio Praça das Artes, localizado na vertente do Vale do Anhangabaú, não chega a ser tão denso, havendo uma mistura grande de terra junto à esta camada.

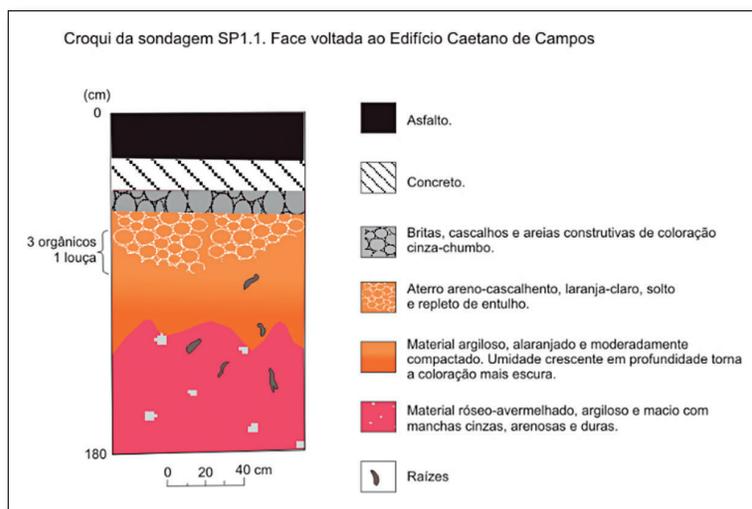
Em outro sítio arqueológico, como o sítio da Praça da República, há um contexto denso de aterros. O sítio da Praça da República foi pesquisado na ocasião das obras da Linha 4 do Metrô pela empresa Documento Arqueologia & Antropologia (2007), e apresentou diferentes tipos de entulhos, como fragmentos de telha, manilha, tijolo e azulejo, chegando estes até os 120 cm de profundidade; essas camadas tecnogênicas são fruto das intervenções da cidade em seu próprio solo (ver figura 3). Por sua natureza, este contexto da Praça da República possui um bom potencial para estudos a respeito da formação dos aterros paulistanos, onde foi possível observar por exemplo, que na camada de

⁵ A análise de *clusters* (clusterização) ou análise de agrupamentos diz respeito às técnicas estatísticas multivariadas que identificam classes de dados semelhantes em uma matriz de casos, indivíduos ou objetos (modo Q) ou entre diversas variáveis colocadas (modo R). O critério de semelhança a ser buscado é determinado pelo problema de pesquisa colocado, dessa forma a análise de cluster é uma técnica estatística bastante útil tanto para as disciplinas das ciências naturais quanto para as disciplinas de ciências humanas.

⁶ Arqueometria é o estudo dos materiais arqueológicos baseado no uso do conhecimento de diversas outras disciplinas científicas, com destaque à utilização de técnicas físico-químicas para o levantamento atômico ou molecular, procurando sempre compreender a temporalidade envolvida nos artefatos. Esse tipo de análise pode identificar a composição e as fontes naturais da matéria-prima, a indústria e as técnicas de produção, as formas de uso ou os elementos naturais, climáticos e sedimentares atuantes na decomposição dos artefatos arqueológicos.

aterro areno-cascalhento, foram localizados materiais orgânicos e um fragmento de louça (ver figura 3). Uma análise mais apurada desses sedimentos e materiais, através de técnicas arqueométricas, podem levantar informações novas sobre a formação dos contextos arqueológicos da Praça da República e da própria cidade de São Paulo.

Figura 3 – Croqui do perfil estratigráfico do solo na Praça da República



Fonte: Documento Arqueologia & Antropologia, 2007.

Também são emblemáticos os aterros do sítio Casa n.º1 (localizado na Rua Roberto Simonsen), carregados de telhas, tijolos fragmentados e entulhos até 40 centímetros de profundidade. No sítio relativo ao Solar da Marquesa de Santos, localizado no mesmo endereço e também escavado nos anos 1980 pela arqueóloga do Museu Paulista Prof.(a) Dr. Margarida D. Andreatta, consta a presença de taipa nos estratos do subsolo da parte interna da casa e de restos construtivos das obras ocorridas em 1860, na parte externa da casa. Essas escavações externas foram realizadas em uma terceira etapa de estudos no ano de 2009, coordenada pela arqueóloga Dr. Paula Nishida do Centro de Arqueologia de São Paulo, órgão ligado ao DPH- Departamento do Patrimônio Histórico do Município de São Paulo.

Esses são indicadores de que as camadas de aterros desses sítios relativos ao século XIX foram formadas por restos construtivos testemunhos da antiga São Paulo colonial e devem ser entendidos como possuidores de grande valor arque-

ológico para o entendimento do sítio paulistano. Os aterros são fruto da historicidade urbana, dos diálogos com a paisagem e da relação homem-natureza, uma vez que eles também são artefatos produzidos pelo homem (SOUZA, 2014).

Este olhar sobre os aterros tecnogênicos ampara-se numa perspectiva, que encara a cidade como um grande sítio arqueológico (CRESSEY, 1978), procurando compreender seus processos de formação (SCHIFFER, 1972). E enquanto fragmentos de artefatos descartados, os entulhos construtivos são reutilizados e reciclados como aterros urbanos, conforme o modelo comportamental de descarte explanado por Willian Rathje (2001).

O Beco do Pinto, terceiro sítio histórico localizado no complexo da Rua Roberto Simonsen e também escavado pela arqueóloga Margarida D. Andreatta, apresentou entulhos e restos construtivos junto a fragmentos cerâmicos e outros vestígios. Por ser uma passagem de pedestres, o Beco do Pinto também pode ser compreendido à luz dos conceitos de Willian Rathje (2001).

O descarte é o tipo mais comum de despojo de resíduos, inclusive no meio urbano onde os solos constantemente pisados e endurecidos, quase sempre revelam uma quantidade significativa de materiais arqueológicos. Estes nada mais são que resíduos despejados pelos transeuntes, pisoteados e jogados aos cantos nesses caminhos, conforme os padrões de tráfego das pessoas (RATHJE, 2001).

No Beco do Pinto, logo abaixo da camada arqueológica, ou mesmo abaixo do paralelepípedo em algumas áreas, aparece uma argila síltica e cinzenta. Essa é a argila tabatinga, característica da Bacia São Paulo, conhecida como “barro branco” e que serviu por séculos como fonte de matéria-prima para as construções de taipa da antiga cidade colonial; ela era retirada na ladeira da Tabatinguera (TOLEDO, 1983). Esse barro branco compõe o início do ciclo material deste grande sítio arqueológico que é o meio urbano paulistano, formando a sequência de três momentos: 1º: *argila tabatinga* – 2º: *construções de taipa* – 3º: *aterros urbanos*.

Ao observar a estratigrafia arqueológica do sítio Praça das Artes, percebe-se a presença de sedimentos relativos aos horizontes pedológicos A e B, logo após o fim da camada arqueológica, o que indica que o local perdeu seus estratos naturais superiores (ver novamente a figura 2 acima). Essa informação pode indicar que o solo foi preparado para o despejo de resíduos urbanos, condizendo com a documentação historiográfica sobre a abertura intencional dos antigos “covões”, aterros sanitários destinados ao descarte de resíduos urbanos nos limites da cidade durante o século XIX (BRUNO, 1954).

O modelo elaborado por Michael Schiffer (1972) para o descarte secundário em áreas urbanas e a localização de áreas especializadas para o depósito de resíduos em ambientes de grandes populações pode ser observado em São Paulo nos primeiros três aterros sanitários (covões) para o depósito de lixo urbano que foram abertos nos finais do século XVII, fora do perímetro urbano da cidade (BRUNO, 1954). Com o crescimento populacional constante do século XIX, novas lixeiras foram abertas nos limites geográficos da então cidade de São Paulo que terminava nas proximidades do triângulo histórico.

Destruição, segregação e conflitos.

Este grande artefato que é a cidade, foi produzido pelos habitantes da metrópole e serve como vetor do campo de forças, conflitos e tensões sociais locais (MENESES, 2006). Na cadeia comportamental de sua fabricação, as atividades de produção sofrem interferências da heterogeneidade social, de conflitos e negociações que atuam na disputa por seu uso e desempenho artefactual (SCHIFFER, SKIBO, 1997; MENESES, 2006).

Todas as mudanças materiais motivadas por questões econômicas geraram tensões sociais no século XIX, e hoje em dia suas consequências ainda são sentidas pelos habitantes da metrópole. A segregação espacial é um dos componentes dos conflitos sociais da cidade, tanto no passado quanto no presente. Na metrópole-artefato, estão sempre presentes os quatro fantasmas (“*haunts*”) da modernidade histórica destacados por Charles Orser Jr. (1996): o colonialismo, o eurocentrismo, o capitalismo e a modernidade. Eles nos alertam para o quanto a arqueologia urbana paulistana, exige uma abordagem próxima da arqueologia histórica do mundo moderno.

Para compreender efetivamente as mudanças materiais de São Paulo, é importante manter em mente a prática de uma “arqueologia da cidade” (STASKI, 1982). Todos esses sítios arqueológicos citados e que serviram para nossa análise, são partes do contexto arqueológico maior que é o ambiente da metrópole, e toda cultura material que fez parte da cidade em sua história, tem o potencial de estar presente enquanto artefato ou fragmento de artefato, nos estratos antropogênicos locais.

Por este motivo, podemos vir a identificar a materialidade relativa à diáspora africana através dos objetos que esses sítios nos oferecem, dentre estes, os mais significativos são os cachimbos (ver figura 4 abaixo) e fragmentos de vasilhas cerâmicas. Destacamos também as contas de vidro que estão presentes em coleções do acervo do Centro de Arqueologia de São Paulo e referenciadas na

documentação histórica primária e secundária da cidade de São Paulo (BRUNO, 1954 *apud* ROLNIK, 2003; WISSENBACH, 1998)⁷.

Figura 4 – Cachimbo de barro resgatado no contexto arqueológico da Casa n.º 1



Fonte: Alessandro Luís, 2017, Acervo do Centro de Arqueologia de São Paulo.

Essas materialidades podem ser associadas a inúmeras outras contas de contextos arqueológicos coloniais africanos e da diáspora africana localizados em diversos pontos geográficos da costa atlântica, como no Caribe, na América do Norte, na África, na Península Ibérica e no Mar Mediterrâneo (DE LIMA, 2019). Ainda que sejam artefatos de tamanhos tão diminutos perante monumentalidade de São Paulo, devemos interpretá-los, ou “ouvi-los”, extraindo dados relevantes para o entendimento do passado paulistano.

Os artefatos arqueológicos podem nos informar a respeito do passado de uma parte da população da cidade, que devido ao racismo, foi violentada de inúmeras formas. Uma dessas violências foi a ausência do negro africano na historiografia oficial da cidade, para se tentar construir um passado simbólico bandeirantista e eurocêntrico que de fato nunca existiu (WISSENBACH, 1998; MATTOS, 2006). A tentativa de resgate dos aspectos materiais dos antigos territórios negros paulistanos do século XIX é um esforço de construção de outras interpretações sobre o passado da cidade, politicamente orientadas à visibilidade de grupos sociais excluídos. Recompor a materialidade das populações negras da São Paulo oitocentista, nos ajuda a pensar nossas memórias históricas, sem os apagamentos motivados por questões estruturais e raciais.

⁷ Tivemos contato com esses materiais na ocasião da elaboração da minha dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP.

Logo, as classes populares devem estar presentes na perspectiva das análises históricas, mas sempre de maneira dialética, reconhecendo o papel das elites nesse processo. O uso de uma arqueologia histórica a partir de uma via mutualista para o estudo do passado se torna importante por situar o grande sítio que é São Paulo, em uma perspectiva econômica global. Devemos sempre buscar compreender as redes de interações materiais do passado, que conectavam a metrópole com outras regiões arqueológicas do Atlântico (ORSER, 1996).

Vestígios arqueológicos são marcos e referências históricas para a população contemporânea. Por esse motivo, o estudo da cultura material arqueológica relativa ao às comunidades negras, demanda responsabilidades e consciência do interesse público em torno do tema (ETCHEVARNE, COSTA, TAVARES, 2011). Esses vestígios carregam grande simbolismo e adicionam atributos de memória para as populações negras paulistanas. Desse modo, investigar esse passado material nos ajuda a recompor a teia histórica de uma maneira mais completa, dialética e justa, já que alguns grupos sociais foram mais evidenciados nas publicações sobre o passado da cidade de São Paulo, em detrimento de outros. A história do negro paulistano foi e é escondida em primeiro lugar da própria comunidade afrodescendente, servindo como estratégia de dominação.

As remoções dos territórios negros em São Paulo no período da expansão da economia do café configuraram uma clara relação entre poder e espaço na passagem do século XIX para o XX. A remoção da Irmandade do Rosário de seu local de origem no início do século XX (conforme já exposto na figura 1), assim como as constantes interferências higienizadoras na Várzea do Carmo, confirma esse aspecto ideológico e conflituoso existente sobre a paisagem paulistana. A destruição do antigo Largo do Rosário e o fim do comércio e das moradias da comunidade negra à sua volta, assim como do cemitério dessa comunidade que ficava ao seu lado, são exemplos emblemáticos de como o desmantelamento material da paisagem urbana promovido por interesses econômicos está relacionado às remoções territoriais forçadas da cidade de São Paulo.

Assim sendo, foi construída no mesmo espaço da antiga Irmandade do Rosário a “Praça Antônio Prado”, batizada com o nome do mesmo governante paulista responsável pelas remoções dessa comunidade afro-católica, demonstrando a apropriação ideológica, socioeconômica e racial do lugar. Logo, as relações de poder estão engendradas na paisagem e por este motivo, a espacialidade pode ser obscurecida pela ideologia dominante com a criação de ilusões sobre esse mesmo espaço, com a sua aparência cumprindo a função de incluir alguns e excluir outros (ORSER, 1996). A comunidade negra paulistana sofreu (e sofre) tentativas constantes de apagamento de sua existência pela sociedade eurocên-

trica dominante. O batizado do lugar da antiga Irmandade da Nossa Senhora do Rosário com o nome do seu próprio algoz, o prefeito que a removeu, além de uma ofensa é uma tentativa de aprovar uma artificialidade europeia, criando um simulacro (BAUDRILLARD, 1981) dentro da cidade de São Paulo. Uma vez que o espaço é um instrumento político manipulável e disputável, podendo ser convertido em uma ferramenta de poder ativo, tanto para a perseguição e o genocídio, quanto para as lutas e resistências populares (ORSER, 1996), dessa forma, esses lugares devem ser reivindicados e valorizados como portadores da memória coletiva.

Conclusão

Podemos dizer que o que “alimentou” a dinâmica material de destruição, remoção e refundação da cidade nos séculos XIX e XX foi a especulação imobiliária e o uso predatório dos terrenos urbanos enquanto reserva de mercado e de investimentos, principalmente na crise econômica da época da Guerra do Paraguai. Em um segundo momento do século XX, a destruição foi motivada pela necessidade de investimentos públicos em infraestrutura urbana para o crescimento econômico da região central (TOLEDO, 1983).

Destacamos a importância do uso dos modelos comportamentais de Michael Schiffer (1972) e Willian Rathje (2001) sobre o descarte urbano, para pensarmos o refugo material das edificações paulistanas, reutilizados enquanto aterro e piso da cidade. O reaproveitamento material em aterros urbanos foi observado por Rathje na reciclagem de pedras das edificações das cidades maia do sul do México e também na extensa estratigrafia de 14 m do solo arqueológico da antiga cidade de Troia. Em Troia o descarte regular de lixo orgânico e material acumulado no piso das edificações, era um problema resolvido através do cobrimento desse refugo com barro fresco e denso. Esse processo de despejo de detritos e aterramentos foi repetido por diversas gerações nas antigas cidades do Oriente Médio, dando origem aos morros conhecidos como *Tells*⁸. As antigas construções de tijolos de barro foram sucessivamente demolidas, para servirem de base para novas construções de tijolo de barro. Núcleos urbanos erguidos sobre seus próprios restos e aterros gradualmente acumulados são uma realidade comportamental humana observável inclusive nas grandes metrópoles contemporâneas (RATHJE, 2001). Dessa forma, reconhecemos que os modelos

⁸ *Tell* é o termo dado ao monte de detritos relativo à uma antiga cidade do Oriente Médio, acumulados por séculos ou milênios de ocupação e que se transformaram em verdadeiros morros maciços que se destacam na paisagem ao redor (RATHJE, 2001).

comportamentais podem significativamente auxiliar no levantamento de informações válidas a respeito da dinâmica material de São Paulo.

Observamos também que essa realidade de destruição material interpretada através da lente comportamental está relacionada com os conflitos socioespaciais gerados pela imposição dos interesses econômicos das classes dominantes, com destaque às remoções e dismantelamentos dos antigos territórios negros paulistanos, junto com suas identidades e sociabilidades. Dessa forma, a metrópole enquanto artefato é um objeto produzido pela humanidade e naturalmente reflete as injustiças e tensões de sua estrutura social. Cabe ao movimento negro a disputa política pelos espaços urbanos relativos às suas antigas territorialidades paulistanas, valorizando assim sua história e cultura, tal como vimos ocorrer no ano de 2018 nas reivindicações pela criação de um memorial no Cemitério dos Afritos no Bairro da Liberdade e na criação do Movimento pela Estação Saracura-Vai Vai no ano de 2022, que reivindica o lugar histórico e arqueológico do antigo Quilombo da Saracura no bairro do Bixiga.

Pelo que constatamos analisando a realidade dos estratos urbanos dos cinco contextos arqueológicos selecionados, temos um perfil estratigráfico urbano heterogêneo e bastante complexo na cidade de São Paulo. A observação apurada dos aterros tecnogênicos que são onipresentes nos perfis estratigráficos urbanos, nos permitirá levantar informações de momentos passados da materialidade da cidade, já que estes são constituídos por materiais reaproveitados da própria metrópole.

O uso de técnicas arqueométricas como a espectroscopia molecular e atômica, os exames de luz e microscopia, as técnicas de raio-x, o uso de técnicas de análise geológicas, como a petrografia e também da estatística, como a análise de *clusters*, podem nos abrir um universo inteiro de novas possibilidades de inferências e de levantamentos de informações quando aplicadas à investigação minuciosa dos aterros urbanos, dos sedimentos e dos artefatos que os compõem.

Estas técnicas físico-químicas podem extrair dos vestígios arqueológicos e dos sedimentos do solo dados materiais e estatísticos que informam empiricamente sobre as atividades sociais pretéritas. A composição química dos artefatos pode indicar a fonte natural de extração da sua matéria-prima ou suas técnicas de produção, revelando as relações ambientais e sociais envolvidas na história de vida dos objetos. O uso da petrografia, técnica da petrologia de identificação estrutural mineralógica das rochas, pode vir a nos mostrar a origem de um determinado estrato sedimentar de aterro, nos dando um parâmetro para avaliar a formação do contexto arqueológico. Por outro lado, a petrografia também

permite a identificação da origem de diversos objetos cerâmicos. A análise de *clusters* nos informa sobre a predominância da incidência de determinados artefatos em comparação com outros de um determinado contexto, possibilitando uma melhor interpretação dos aterros urbanos, frequentemente carregados com milhares de fragmentos de tijolos, telhas, louças, vidros e azulejos.

REFERÊNCIAS

ANDREATTA, M. D. A.; JULIANI, L. J. C. O.; CAMPOS, M. C. **Relatório de atividades - Casa da Marquesa de Santos**. Programa de arqueologia histórica do município de São Paulo. São Paulo: DPH/ Museu Paulista, 1986.

ANDREATTA, M. D. A.; JULIANI, L. J. C. O.; CAMPOS, M. C. **Programa de pesquisa – Casa da Marquesa de Santos**. Programa de arqueologia histórica do município de São Paulo. São Paulo: DPH/ Museu Paulista, 1991.

ANDREATTA, M. D. A.; JULIANI, L. J. C. O.; CAMPOS, M. C. **Intervenção arqueológica na Casa da Marquesa de Santos, Sé – São Paulo**. Programa de arqueologia histórica do município de São Paulo. São Paulo: DPH/ Museu Paulista, 1986-1991.

BAUDRILLARD, J. **Simulacros e simulações**. Lisboa: Relógio d'água, 1981.

BRUNO, E. S. **Histórias e tradições da cidade de São Paulo**. Burgo de estudantes (1828-1872), v.2. São Paulo: Comissão do IV centenário da Cidade de São Paulo, 1954a.

BRUNO, E. S. **Histórias e tradições da cidade de São Paulo**. Metrôpole do Café (1872-1918); São Paulo de Agora (1919-1954), v.3. São Paulo: Comissão do IVº centenário da Cidade de São Paulo, 1954b.

CRESSEY, P. J. The city as a site: the Alexandria model for urban archaeology. *In*: The Conference on Historic Site Archaeology Papers, 13., 1978, Columbia. **Anais** [...] Columbia: The Institute of Archeology and Anthropology University of South Carolina, 1978. p. 204-227. Disponível em: https://scholarcommons.sc.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1012&context=archanth_historic_site_arch_conf_papers. Acesso em: 3 abr. 2023.

DE LIMA, A. L. L. **Uma arqueologia dos territórios negros: contas e miçangas no triângulo histórico de São Paulo**. 2019. Orientação: Marta Heloísa Leuba Salum/ Elaine Farias Veloso Hirata. 226 fl. Dissertação (Mestrado) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

DOCUMENTO ARQUEOLOGIA & ANTROPOLOGIA. **Programa de prospecção e resgate arqueológico, implantação da linha amarela.** Relatório Final. São Paulo: volume 1, 2012.

DPH-SMC. **Beco do Pinto (Projeto de Pesquisa).** São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 1994.

ETCHEVARNE, C.; COSTA, D.; TAVARES, A. **Arqueologia nas cidades coloniais portuguesas.** O exemplo de Salvador. Salvador: SEI, 2011.

FUNARI, P. P. A. Arqueología comparada en Iberoamérica: las ciudades. *In: 5º Encuentro de investigadores de arqueología y etnohistoria.* Instituto de Cultura Puertorriquena, 2008.

FRÚGOLI JR., H. **Sociabilidade urbana.** Rio de Janeiro: J. Zahar, 2007.

JULIANI, L. J. C. O. **Gestão arqueológica em metrópoles:** uma proposta para São Paulo. 1996. Orientação: Margarida D. Andreatta. 171 fl. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

MATTOS, R. A. **De cassange, mina, benguela a gentio de Guiné.** Grupos étnicos e a formação de identidades africanas na cidade de São Paulo (1800-1850). Orientação: Leila Maria Gonçalves Leite Hernandez. 239 fl. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

MENESES, U. T. B. A cidade como bem cultural: áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio ambiental urbano. *In: MORI, V. H.; SOUZA, M. C.; BASTOS, R. L.; GALLO, H (org.). Patrimônio: Atualizando o Debate.* São Paulo: 9º SR/IPHAN, 2006. p.33-76. Disponível em: <https://patrimonioconservacao.files.wordpress.com/2017/11/a-cidade-como-bem-cultural-ulpianotoledobezerra.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2023.

NISHIDA, P.; CARVALHO, M. R. R. **Relatório das atividades de curadoria, Parte: I,** Projeto de Arqueologia Casa n.º1 - áreas de intervenção: futura área do elevador / futura área do reservatório de água. São Paulo: DPH, 2010a.

NISHIDA, P.; CARVALHO, M. R. R. **Relatório das atividades de curadoria, Parte: II,** Projeto de Arqueologia Casa n.º1 - áreas de intervenção: futura área do elevador / futura área do reservatório de água. São Paulo: DPH, 2010b.

ORSER, JR. C. E. **A Historical archaeology of the modern world:** contributions to Global Historical Archaeology. Nova York/Londres: Plenum Press, 1996.

PRADO, Y. A. **Apontamentos para uma história da Arquitetura em São Paulo.** Depoimentos I, São Paulo: GFAV, 1960.

RATHJE, W. L. **Rubbish!** The archaeology of garbage. Arizona: The University of Arizona Press, 2001.

ROLNIK, R. **A cidade e a lei:** legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel, 2003.

ROLNIK, R. Territórios negros nas cidades brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e no Rio de Janeiro. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, n. 17, p. 29-41, 1989.

SCHIFFER, M. B. Archaeological context and systemic context. **American Antiquity**, v. 37, n.2, p.156-165, 1972.

SCHIFFER, M. B.; SKIBO, J. M. Archaeology the explanation of artifact variability. **American Antiquity**, v. 62, n. 1, p. 27-50, 1997.

SCIENTIA CONSULTORIA CIENTÍFICA. **Relatório final – Monitoramento e resgate arqueológico da área destinada à implantação da Praça das Artes – Operação Urbana Centro, Município de São Paulo.** São Paulo: Consórcio

CONSTRUCAP/ DPH-SC-PMSP, 2012.

SOUZA, R. A. Arqueologia na Metrópole Paulistana. **Revista Habitus**, Goiânia, v. 1, n.12, p.23-44, 2014.

SOUZA, R. A. **Louça branca para a Paulicéia:** arqueologia histórica da fábrica de louças Santa Catharina/IRFM - São Paulo e a produção da faiança fina nacional (1913-1937). 2010. Orientação: Margarida D. Andreatta. 480 fl. Dissertação (Mestrado), – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

STASKI, E. Advances in Urban Archaeology. **Advances in archaeological method and theory**, Alemanha, v. 5, p. 97-149, 1982.

TOLEDO, B. L. **São Paulo:** três cidades em um século. São Paulo: Liv. Duas Cidades, 1983.

WISSENBACH, M. C. C. **Sonhos africanos, vivências ladinas.** Escravos e forros em São Paulo (1850-1880). São Paulo: Hucitec, 1998.

Recebido em: 31 de março de 2022.

Aprovado em: 20 de setembro de 2022.